

# ESTRUTURAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Ester Marques<sup>1</sup>

**“ler um jornal é recuperar dois tempos,  
dois locais, duas consciências e dois contextos”...**

## 1- APRESENTAÇÃO

A institucionalização do jornalismo como um dos principais campos de mediação da experiência moderna do mundo é resultante tanto do projeto de transparência e visibilidade da esfera pública contemporânea e, conseqüentemente, de constituição de um sujeito esclarecido e emancipado, como das transformações progressivamente alcançadas no domínio das tecnologias da informação, que permitem hoje a ultrapassagem das barreiras do espaço e do tempo, com a quase simultaneidade entre a ocorrência dos acontecimentos e a sua repercussão à escala planetária. Por isso, de todos os tipos de discursos pelos quais atualmente nos chegam os ecos do mundo, atingimos a experiência da vida e alcançamos a sua inteligibilidade e compreensão, o discurso jornalístico é talvez hoje um dos mais importantes.

Estas razões, de natureza genealógica, não são, no entanto, suficientes para explicar as estruturas do discurso jornalístico nem a sua atual importância, uma vez que não permitem dar conta da relação da sua natureza e do seu modo de funcionamento com as expectativas das sociedades modernas. É por isso que habitualmente procuramos, na averiguação das funções que desempenha e das necessidades que satisfaz, a explicação do seu lugar nas sociedades contemporâneas. De fato, o discurso jornalístico<sup>2</sup> assume hoje um imprescindível papel de mediação, garantindo deste modo a constituição de um sentido comum para a experiência e a indispensável coesão social

<sup>1</sup>Professor Adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Comunicação e Cultura pela UNB e doutoranda em Ética e Discurso Jornalístico pela Universidade Nova de Lisboa  
<sup>2</sup>- O discurso jornalístico é normalmente estudado por meio das teorias jornalísticas: 1-) Teoria do Espelho ou Especular; 2-) Teoria da Representação ou metafórica; 3-) Teoria da Construção Social e 4-) Teoria da Constituição Social ou Teoria Interpretativa.

necessária à cidadania pela influência cada vez mais marcante que exerce na vida quotidiana, na organização e produção de conhecimentos, na troca de experiências, na produção/reprodução de formas simbólicas, na gestão dos conflitos e na elaboração dos conteúdos éticos que configuram a prática social. “O que configura o discurso jornalístico?” “O que torna o discurso jornalístico um discurso científico” “Qual a natureza deste papel de mediação?”

## **2 – A verdade apodítica do discurso jornalístico**

O discurso jornalístico é sobretudo o relato dos acontecimentos que tiveram lugar recentemente, relato que é produzido como notícia e que circula regularmente no nosso dia a dia através dos diferentes dispositivos da informação. É, por isso, o resultado de um processo social de construção da realidade, definido por certas condições factuais, regras e convenções narrativas que vão desde as regras sintáticas e semânticas até as normas ético-pragmáticas do falar. São estas regras e convenções que funcionam como estruturas do discurso jornalístico e que constituem os pressupostos de um contrato de leitura entre o jornalista e o leitor.

Na base deste contrato está presente o princípio da veracidade, isto é, o princípio que funciona como base de legitimação do discurso jornalístico como um conhecimento científico, passível de sistematização, racionalização, verificação, análise e aplicabilidade. O princípio da veracidade baseia-se na observação e registro de fatos comprovados, organizados e classificados, “exigindo para isso um certo grau de precisão e exatidão, mediante a substituição dos fatos pelas idéias e das coisas pelas palavras.”(Park 2002:37) Este tipo de conhecimento difere, segundo o mesmo autor, do *conhecimento com*, isto é, do conhecimento que é adquirido através da familiaridade “no decurso dos contatos pessoais e imediatos com o mundo que nos rodeia (...) e que advém do uso e do costume” (Park 2002: 35)

O princípio da veracidade pressupõe a defesa de uma tese (posição sobre a realidade) que se apresenta como verdade diante de qualquer interlocutor. “Em outros termos, quem afirma algo em uma argumentação não se limita a enunciar uma proposição, mas se apresenta como defensor da verdade daquilo que afirma e o eleva como sujeito de discurso diante de outros sujeitos de discurso, de uma pretensão de

verdade da qual pretende o reconhecimento.”(Gomes 1991: 24) A ausência do princípio de veracidade equivale a uma espécie de autocontradição que invalida a própria enunciação ou, melhor, resulta na quebra da relação de confiança entre o jornal e o leitor.

Daí que a primeira tentativa de estruturação do discurso jornalístico é a busca de uma verdade absoluta, definitiva, de uma enunciação legítima, de uma narrativa fundada na veracidade, que por si só possa estabelecer o contrato de leitura entre o jornal e o leitor. Veracidade ou verdade que se apresenta aqui “como um acordo (correspondência) entre o que é dito e a realidade” (Guimarães 1995:24). Esta verdade apodítica é dada pelo próprio fato, pelo que aconteceu aqui e agora, desta e não de outra maneira, com estes e não outros critérios de noticiabilidade. Em vez de uma realidade primordial, que está dada à partida, a realidade proposta pelo objeto ou pela ocorrência é sempre negociável porque sempre passível de interpretação. É o próprio fato que diz o que é, por que está ali, naquele momento, como quer ser relatado, com quais características, para produzir quais efeitos<sup>3</sup>.

Enquanto objeto, é o fato que inicia a relação interlocutiva com o sujeito propondo-lhe um cenário possível para a sua contextualização, no mesmo momento em que é recortado do mundo subjetivo para adquirir um certo caráter objetivo. Isto porque um fato funciona como um quadro simbólico, que torna uma “ocorrência fora de categoria, consagrada ao inclassificável e ao que não é importante.” (Nora 1972: 184), não reconhecível, aleatória, dispersa no tecido social, em uma ocorrência identificável e possível de ser relatada, a partir de uma dada ordem social. “os quadros simbólicos organizam tiras do mundo cotidiano(...) Goffman define tira como uma fatia ou um corte arbitrário na corrente das atividades em curso.” (Tuchman 2002:99)

Mas, o que significa verdade e veracidade aqui? Verdade nesta perspectiva é objetividade, isto é, fidelidade ao objeto que, por isso, se apresenta na sua complexidade como um axioma, como um fato total, em todas as suas dimensões significativas. Assim, segundo a concepção de Gomes (1991), a fidelidade jornalística é propugnável porque admite que a faculdade do conhecer é sempre reportável ao passado (retorna

---

<sup>3</sup>Esta concepção difere da perspectiva positivista que pensa a relação sujeito/objeto como a relação (científica) entre um sujeito dinâmico, ativo e dono da verdade e um objeto inerte, passivo, pronto a ser descrito sem qualquer participação.

sempre ao evento) ou atualiza o presente em que a realidade pode ser aduzível (trazida para diante de nós) ou seduzível (trazida para nós). Mas, não é qualquer fato que adquire o estatuto jornalístico. É preciso antes reconhecer de, entre os fatos dispersos no tecido cotidiano, quais são susceptíveis de adquirir o estatuto de acontecimento.

### **3 – Fato cotidiano e fato jornalístico**

Todos os eventos que ocorrem no cotidiano são fatos que configuram a nossa realidade objetiva e dão sentido ao mundo que nos circunda. Levantar da cama, tomar banho, beber café, ir para o trabalho, estudar, telefonar para um amigo, namorar e voltar a dormir são fatos que assumem funções habituais, constituindo representações de uma determinada história privada de vida. Estas representações são vividas como estruturas “naturais”, estáveis e constantes pelo sujeito porque é através delas que ele se reporta ao real dando significado à sua existência, assim como é através delas que o sujeito toma conhecimento do mundo que o rodeia.

Os fatos, portanto, fazem parte da realidade individual do homem como algo de que ele precisa para fixar uma determinada memória, constituir uma identidade, para se relacionar com o mundo, com os outros homens e consigo mesmo. Quando interiorizados pela experiência cotidiana, os fatos aparecem como usos, costumes e hábitos que legitimam um determinado comportamento social e definem um esquema significativo que é vivenciado como algo conhecido, estável e seguro. Acontece que de, entre tantos fatos que configuram a nossa realidade, alguns desencadeiam registros diferentes daqueles esperados pelo desenrolar cotidiano e acabam por adquirir interesse noticioso transformando-se em acontecimentos públicos.

São fatos que emergem da realidade em função da imprevisibilidade com que ocorrem, constituindo fatos especiais em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pelas probabilidades, “sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência<sup>4</sup>” (Rodrigues 1990:99). Estes fatos transformam-se em acontecimentos, a

---

4o discurso jornalístico «é uma anti-história, o relato das marcas de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir. Pertence, por conseguinte, ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições.» É portanto perfeitamente compreensível que um fato, embora possa ter importância noticiosa, não obtenha relevância histórica, tal como é possível um fato histórico não ser dotado de relevância noticiosa. (Rodrigues 1996:4)

partir de três registros específicos. O primeiro registro acontece por *excesso*, isto é, pelo funcionamento anormal das regras que regem o universo discursivo jornalístico, e que pode ser exemplificado por um massacre sem causa aparente de um povoado por tropas militares. O segundo registro é o da *falha*, isto é, da insuficiência de funcionamento normal das regras, cujo exemplo simples é o do revólver que encrava no momento de disparar durante uma cena de duelo. O terceiro registro, o da *inversão*, é o mais clássico e define a máxima do discurso jornalístico: se um cão morder um homem não é notícia, mas se um homem morder um cão então é notícia.

Esta capacidade de um fato se transformar em acontecimento ocorre em função dos critérios de noticiabilidade (valors-notícia)<sup>5</sup> que lhe são atribuídos tais como a singularidade, o interesse público, a relevância, a coerência, a atualidade, a universalidade, a verificabilidade, o grau de importância e a quantidade de pessoas que envolve, por exemplo. Quando isso ocorre, o acontecimento deixa de ser um evento de interesse individual e passa a ser um evento de caráter social capaz de gerar um debate público e, portanto, susceptível de ser enunciado segundo as regras do discurso jornalístico. No ritual de passagem do fato para acontecimento a verdade absoluta defendida pelo fato é recortada pelo jornalista que intervém na relação interlocutiva sugerindo-lhe uma versão, conforme o tipo de interpretação que pretende desenvolver. A verdade absoluta do fato, torna-se então a verdade relativa do acontecimento em função da versão jornalística circunstancializada pelo momento e narrada pelo jornalista que passa a ser, assim, o mediador entre o acontecimento e a realidade ao explicar, comentar, criticar, parafrasear, extrapolar e conjecturar a informação.

Daí que a transformação de um fato em acontecimento é resultado da modificação de sua natureza primeira, ou seja, é a transformação do acontecimento em fenômeno social, capaz de despertar nas pessoas que são atingidas por ele os mais diversos sentimentos e sensações; de fixar novas leituras da realidade; de suscitar o debate; de aliviar as tensões sociais; de fazer circular a informação; de promover o consenso social e principalmente de dar ordem aos caos. “Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então

<sup>5</sup>“Embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia parecem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideológica dos jornalistas” (Hall 1993:225)

estes acontecimentos devem ser identificados (isto é designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público). Este processo – a identificação e a contextualização- é um dos mais importantes, através dos quais os acontecimentos são tornados significativos pelos *media*. Um acontecimento só faz sentido se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais<sup>6</sup>” (Hall 1993: 225-226)

Nesta transposição, o acontecimento enxerta no fato o seu drama, a sua magia, o seu mistério, sua estranheza e sua poesia, seu poder de compensação e identificação, sua tragicomicidade, o sentimento de fatalidade que o acompanha: “A própria informação segrega seus anticorpos, e a imprensa escrita ou falada, no seu conjunto, teria como efeito, antes de tudo, limitar o desencadeamento de uma opinião selvagem.” (Nora 1972:183) Mas, por mais que um acontecimento seja público, isto não quer ainda dizer que irá fazer parte da narrativa jornalística. Para que isto ocorra é necessário que este acontecimento seja caracterizado como jornalístico, isto é, seja produzido como notícia, segundo as regras enunciativas do discurso jornalístico e faça parte do menu ou agendamento selecionado pela instituição jornalística, a partir de uma gramática cultural que legitima o contrato fiduciário entre leitor e jornal.

#### **4- A produção da notícia segundo as regras do discurso jornalístico**

O discurso não é uma das funções da instituição jornalística. É o resultado principal do seu funcionamento. “Os jornalistas produzem discursos como o pintor pinta telas, o músico compõe músicas, o arquiteto projeta edifícios”. (Rodrigues 1997:217) Pelo fato de os meios de comunicação constituírem a principal janela por onde o sujeito contemporâneo acessa o mundo, o discurso jornalístico acaba por ser *o discurso sobre o estado das coisas no mundo*; mundo este visto aqui como um sistema simbólico de compreensão de tudo o que pode ser dito, traduzido em palavras, de tudo aquilo que tem nome e, portanto, significado para mim e para os outros.

---

<sup>6</sup>“Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos vulgares e inesperados para os *mapas de significados* que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está *traçado*. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores.”(Hall 1993:226)

Nesta perspectiva, o discurso jornalístico é, por excelência nas sociedades contemporâneas, o discurso mediador da experiência humana ao estabelecer para os fruidores os contornos do horizonte da mundanidade, determinando os eventos e os objetos que dele fazem parte. O código pelo qual se manifesta a sua decisão sobre aquilo que existe e o que não existe (juízo ontológico) é conhecido por todos os fruidores” (Gomes 1991:26), assim que o discurso jornalístico retira da realidade a matéria prima, isto é, o conhecimento oral, com que trabalha, reinscrevendo-a na realidade através das regras do conhecimento científico.

Assim, o discurso jornalístico é um discurso narrativo, cuja palavra assume características análogas a do verbo divino (confere o ser): tudo aquilo que é, é discurso e, neste caso, é um discurso oracular, legítimo, acima de qualquer suspeita. Os acontecimentos aos quais ele nos reporta, por mais controversos que sejam, são apresentados sempre como uma verdade consumada, sobre a qual há de haver um consenso solidamente estabelecido. Os sujeitos podem até questionar se um acontecimento é mais ou menos sensacionalista, mais ou menos bem escrito, mais ou menos bem acabado, mas ninguém questiona se é mais ou menos verdadeiro ainda que a verdade seja a versão proposta pelo jornalista. “Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da via quotidiana. São elaborados através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade.”(Hall 1993: 227)

Como discurso narrativo, o discurso jornalístico tenta, a todo custo, dominar o devir; situar racionalmente os acontecimentos; dar sentido à ocorrência dos fenômenos, tanto dos fenômenos provocados pelo desencadear das forças da natureza como dos provocados pela ação do homem. Neste tipo de conhecimento há uma tendência da substituição do fluxo dos acontecimentos e do seu caráter mutável por uma fórmula lógica capaz de descrever com precisão matemática o caráter geral das coisas. A narração pressupõe, portanto, um começo (a tese), um meio (o desenvolvimento dos argumentos e a antítese) e a conclusão (a síntese ou a moral da história) recortando do real o que é necessário para torná-lo suficientemente coerente e pronto a ser assumido como tal. É este processo que dá ao discurso jornalístico o acabamento estilístico necessário para transformá-lo numa história pronta, acabada, sem sequencializações,

legitimando o velho e comum ditado popular de que “jornal do dia anterior só serve para embrulhar peixe”.

Dito de outro modo, isto significa que a notícia, como um recorte da realidade, é um produto retórico constituindo para o leitor um relato único de uma única história. É por conta desta natureza retórica que o discurso jornalístico só tem um tempo: o tempo presente, *continuum* de presentes ritualizados pelos agoras. Deste ponto de vista, a notícia nasce, vive e morre na versão em que é relatada, enquanto o acontecimento, como um fenômeno social, inserido numa dada realidade, permanece vivo exigindo o seu retorno sempre que isso se faça necessário ou até que todas as suas dimensões significativas sejam descritas, interpretadas e esgotadas no processo narrativo. A notícia é, então, o resultado enunciativo do acontecimento e, nesta posição, adquire expressão, significação e sentido, já que um relato converte-se na expressão singular do seu enunciador, ao estabelecer uma determinada orientação pragmática quer de expressão de uma certeza, de uma convicção ou quer de uma opinião.

Neste aspecto, a notícia se distingue do acontecimento porque, enquanto o acontecimento é sempre vivo, dinâmico, aberto, incompleto e disposto a novas e contínuas interpretações podendo ser descrito de uma só vez ou através de sequencializações ou “ganchos” (efeito cascata) conforme o interesse jornalístico, a notícia é o produto do discurso e, enquanto tal, regido por critérios de sistematização e formalização que a configura dentro de um esquema racionalmente planejado. “As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.”(MacDougall apud Hall 1993:224) Sendo assim, o mesmo acontecimento pode aflorar inúmeras vezes à superfície da realidade, a partir de recortes específicos, para assumir efeitos diferenciados conforme o tipo de enunciação jornalística proposta para aquela circunstância. Em outras palavras, é a notícia que inscreve e reinscreve o acontecimento na realidade, tornando-o real, por meio de representações singulares.

Por isso, é que o discurso jornalístico procura no próprio encadeamento dos acontecimentos ocorridos as leis explicativas da sua ocorrência e, mesmo as ações imprevistas e sem nexos aparentes adquirem uma racionalidade imanente ao discurso que



as narra, quanto mais não seja pela sua abertura à descoberta racional de uma explicação posterior. “Nesta situação, a unidade da notícia resulta, não da ordem cronológica do desenrolar das ações nem da estratégia narrativa escolhida pelo narrador para a contar, mas da existência implícita de uma ordem lógica que a percorre de um lado ao outro. Esta ordem lógica da narrativa consiste na relação, mediada pela ação transformadora, entre um termo *a quo*, ou ponto de partida, e um termo *ad quem*, ou ponto de chegada.” (Rodrigues 1996:6)

#### **4.1 –Entre a retórica e a referencialidade**

Assim, sendo o discurso jornalístico a notícia de um acontecimento efetivamente ocorrido ou, pelo menos, tido como tal, o seu valor é sempre referencial, ou seja, é sempre um conhecimento sobre alguém, sobre alguma coisa, sobre alguma situação, pressupondo, portanto, a veracidade e a autenticidade como princípios éticos do contrato de leitura. A credibilidade do testemunho do jornalista é o que garante a credibilidade do próprio contrato que só se consuma como tal quando é reconhecido pelo leitor como legítimo. No entanto, o valor referencial do discurso jornalístico é sempre relativo porque a competência narrativa é uma espécie de capital simbólico, suscetível de acréscimo, de diminuição ou de perda, conforme as alterações que a versão exige, quer em consequência de fatores inerentes ao desempenho do próprio jornalista, quer como efeito de alterações na instituição jornalística que representa e com a qual é identificado, quer ainda como resultado da alteração das expectativas do público.

Isto porque, o lugar de fala do jornalista é produzido, mostrado e encenado no próprio processo de narração da notícia. Por isso, o que determina o valor referencial da notícia é a capacidade que o jornalista tem de relatar o acontecimento com todas as suas dimensões significativas<sup>7</sup>, dando ao leitor a possibilidade dele próprio interpretar o acontecimento, segundo os seus padrões de apreensão do mundo. É, portanto, a partir

---

7

Todo fato possui várias dimensões constitutivas que são: a-)Dimensão axiomática (dado pelo próprio conteúdo do acontecimento); b-)Dimensão sociológica (a geografia-espaco/tempo do fato e sua identidade cultural; c-) Dimensão filosófica (os personagens envolvidos na narrativa jornalística, importância, grau de relevância, probabilidade inversamente proporcional ao acontecimento etc.); d-)Dimensão econômica (identidade institucional, formato, público, linguagem, ocorrência do acontecimento, concorrência, expectativas recíprocas etc); e-) Dimensão política (contextualização do fato, ideologia, interfaces, tipos de respostas esperadas etc)

deste lugar de fala que o jornalista pretende a neutralidade e a universalidade do seu discurso, utilizando para tanto certas categorias de linguagem que camuflam o processo de gestação da notícia como o uso da terceira pessoa, por exemplo, que do ponto de vista enunciativo é forma verbal da não-pessoa; ou o uso dos embraiadores, cuja função é assinalar precisamente a pessoa, o lugar e o tempo em que a enunciação ocorre.

Assim, o uso dos pronomes pessoais, dos advérbios de lugar e o tempo dos verbos referem o narrador e o narratário, o lugar e o tempo da narração, dispondo em relação a estas instâncias enunciativas as próprias ações narradas, segundo Rodrigues (1996:8). Ao dizer “hoje, de madrugada”, o discurso jornalístico está a situar a ocorrência do acontecimento que narra em relação ao momento em que ele o narra. Ao dizer “a inflação voltou a subir nos últimos três meses”, o discurso está a localizar o fenômeno da inflação em relação ao espaço e ao tempo em que o noticia. No discurso jornalístico, porém, o lugar do autor não é identificado e os embraiadores são apagados, como estratégia de universalização do discurso, fazendo com que as ações narradas adquiram um valor de credibilidade universal, independente da pessoa, do lugar e do tempo da sua enunciação.

Daí, que em vez da narrativa tradicional (começo, meio e fim), a narrativa jornalística é aleatória, pois não encadeia necessariamente a apresentação das ações segundo a ordem cronológica da sua ocorrência, mas opta por estratégias de inversão, de permuta, de supressão, de interrupção, de avanços (*flashforwards*) e de recuos (*flashbacks*). Estas estratégias enunciativas adotadas pelo discurso jornalístico são de natureza retórica, cujos aspectos estilísticos visam, sobretudo, alimentar a relação com o leitor fixando ou captando a sua atenção, impressionando-o, comovendo-o, entusiasmando-o, chamando-o à participação, criando com ele um discurso sobre o mundo, a partir da sua dimensão fática.

Como discurso retórico, o discurso jornalístico é estruturado segundo o princípio de uma ação dramática. No processo dramático, a ação inicialmente desencadeia um conflito/tensão que, conforme a interpretação dada a esta ação, atinge o ápice para depois exigir a sua superação como retorno à realidade. Efeitos como o *suspense* resultam destes procedimentos retóricos pelos quais o narrador adia o desenrolar da ação, alimentando no leitor a expectativa ou criando a sua curiosidade acerca do

resultado efetivo de entre os resultados possíveis da ação. Por isso, um acontecimento pode ser noticiado de uma vez só, caso a sua existência seja efêmera, ou pode ser fragmentado, relatado em cascata para ampliar a sua natureza dinâmica, para permitir a configuração de todas as suas dimensões significativas.

Simbolicamente, o discurso jornalístico, enquanto texto retórico é um ato de linguagem que consiste no desdobramento de um trabalho de transformação, feliz ou infeliz, fasto ou nefasto, provocado pelas ações que a narração põe em cena, colocando assim em relação duas temporalidades-limite, um antes e um depois, mediante uma temporalidade transformadora de mediação. Como tal, o texto jornalístico é um processo de doação de sentidos, na medida em que dá a ler uma orientação para o devir, funcionando como uma disposição ordenadora dos acontecimentos, tornando-os deste modo inteligíveis, isto é, disponíveis para um número incomensurável de interlocutores.

Neste processo, o jornalista parte da hipótese de que o universo de interlocutores atingidos por seu relato é incontrolável porque abrangido por pessoas de culturas diversas, com interesses e gostos heterogêneos. Ele pode até recorrer aos mesmos processos metalinguísticos de redundância e de contextualização que caracterizam uma conversa face a face, mas não tem ao seu alcance a apreensão da heterogeneidade de sentidos a que o seu discurso dá origem, uma vez que não pode identificar todos e a cada um dos seus interlocutores, nem pode controlar as hipóteses interpretativas que advêm deste processo. Sendo assim, o jornalista pode transmitir um conjunto de saberes, converter em notícia os acontecimentos ocorridos no mundo, informar o seu público daquilo que de relevante aconteceu, mas não controla a heterogeneidade de sentidos que essa transmissão e esses saberes adquirem por parte dos seus interlocutores, não integra esses saberes transmitidos num mundo mutuamente partilhado.

#### **4.2 – Instâncias de interação e produção de sentido**

Reflexo desta análise é a natural assimetria dos processos de produção e de recepção de uma notícia. Do lado da produção, o jornalista ao autonomizar os fatos e os acontecimentos do mundo vivido da sua ocorrência, liberta-os dos horizontes de sentido tradicionais, da sua carga corporal concreta, tornando-os assim disponíveis para toda a

espécie de novos sentidos e de novos investimentos simbólicos. Do lado da recepção, cada um dos sujeitos que integra o público, ao interpretar os novos saberes do discurso informativo, a partir do seu próprio mundo vivido, pode constituir-se imaginariamente como sujeito autônomo de constituição de sentido. Esta relação pretensamente neutral, no entanto, não diminui o compromisso estabelecido no contrato de leitura. O jornalista, tal como o leitor, fazem parte de um mundo só, compartilhado mutuamente, a partir do que Bakhtin chama do princípio da responsividade ativa, em que cada um é direta ou indiretamente responsável pelo que resulta do discurso jornalístico; pela polifonia de vozes que o compõe e pela polissemia de sentidos que dissemina.

O princípio da responsividade ou responsabilidade ativa é colocado em prática no momento mesmo em que o discurso jornalístico é produzido. Como estruturas próprias de enunciação, a produção e a recepção interagem entre si por meio de categorias mediadoras que neutralizam o tempo e o espaço, constituindo instâncias específicas de elaboração de sentido. Assim, enquanto a produção inscreve o discurso jornalístico direcionando-o ao mesmo tempo ao senso comum, através do discurso oral e ao conhecimento especializado, por meio do discurso científico, a recepção constitui-se como um público que é envolvido por esse processo de organização, é interpelado por ele e obrigado a responder-lhe, segundo as regras que são postas em jogo no agendamento dos assuntos a serem discutidos. Deste modo, em vez de um único nível de interação, vários níveis de interação são propostos em função dos efeitos que resultam da produção de sentido.

É verdade que muitas vezes, a interação entre uma instância e outra se dá através de silêncios, de ausências, de escutas. Assim, a ausência de palavra do público, o silêncio constitutivo que muitas vezes caracteriza o discurso jornalístico é o que o institui como instância de interlocução. Este silêncio singular e eloquente, determinado pela experiência do mundo, não cessa de se deslocar, à medida que o discurso jornalístico prossegue incansavelmente a sua representação discursiva da realidade, percorrendo-o de uma ponta à outra, acompanhando-o, vigiando-o, legitimando-o ou negando-o, segundo convenções prévias de uma gramática valorativa. Ao mesmo tempo, é deste silêncio invisível, mas preenchido pelo trabalho de escuta e de leitura, que o discurso jornalístico retira do público o seu princípio ético, a sua forma de ser e a sua legitimidade.

Este silêncio que atravessa o discurso jornalístico não cessa, porém, de produzir sentidos ao deixar em branco unidades significantes, na cadeia das expressões linguísticas, unidades que o público é levado a complementar, assumindo assim um papel ativo, tanto na reconstituição da cadeia das formas significantes como na elaboração de um sentido comum tanto para a dimensão referencial e expressiva como para a dimensão significativa da experiência. É nos interstícios entre estas diferentes dimensões que um silêncio constitutivo e indizível, mas preñado de sentidos heterogêneos, se instala solicitando diálogo, exigindo participação no complexo jogo de produção de sentidos do discurso jornalístico, e mesmo que se trate de um monólogo, a relação das formas discursivas com este silêncio confere-lhe uma natureza dialógica inalienável.

## **5- Em conclusão...**

A natureza dialógica inalienável do discurso jornalístico confere-lhe um papel extremamente importante na atual configuração do espaço público. Quanto mais as instituições políticas, científicas, religiosas, educativas e sociais declinam do seu papel formador de uma consciência crítica, mais a instituição jornalística adquire legitimidade para exercer o papel de formador de uma opinião pública esclarecida. Esta função que lhe é dada pelo público exige cada vez mais da instituição jornalística um equilíbrio entre os seus interesses e os interesses sociais, coerente não só com a sua natureza informativa, mas também com a sua natureza formativa.

Por sua natureza dialógica, o discurso jornalístico tem sempre uma natureza democrática, de abertura ao outro (quem escreve, escreve para o outro – pressupõe o outro como sujeito), num processo de intersubjetividade permanente. Neste espaço aberto pelo discurso jornalístico ressoam as várias vozes que ecoam do tecido social, o que pressupõe um trabalho mental coletivo, tanto do ponto de vista interno (processo de seleção dos acontecimentos; serialização das tarefas; padronização do texto), como do ponto de vista externo (fontes, leitores, concorrentes). Isto significa normalmente que o discurso jornalístico não só constitui a realidade e suas complexidades, mas ao mesmo tempo, é o resultado desta complexidade mais ou menos vulgar; mais ou menos

qualitativa, dependendo da realidade de onde tira a sua matéria prima e para onde retorna como produto.

Deste modo, o discurso jornalístico atualiza os discursos ausentes, através da *dimensão comparativa* (de um acontecimento em relação a outro); da *regressão ao passado* (retorno ao evento para reinscreve-lo na história) e da *projeção para o futuro* (leituras propostas pelo texto), tornando-se um discurso intertextual, incompleto e sempre aberto a novas inscrições. É esta incompletude do discurso jornalístico que permite que a experiência possa ser representada segundo os outros textos disponíveis no tecido social e conforme as histórias individuais de cada um, funcionando ao mesmo tempo como antecipação ou memória ou como atualidade, ou ainda como diz Eco: “a nossa capacidade de lidar com o mundo depende do modo como lemos leituras sempre incompletas”.

## **8- BIBLIOGRAFIA**

BIRD, Elizabeth & DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias, in: *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Revista de Comunicações e Linguagem, Lisboa: Vega, 1993.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. O que é realidade. Col. Primeiros Passos. São Paulo: brasiliense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas, Lisboa: editorial presença, 2003

EKSTEROWICZ, Anthony & ROBERTS, Robert & CLARK, Adrian. Jornalismo Público e conhecimento público, in: *Jornalismo*. Revista de Comunicação e Linguagens, n.27, Lisboa: relógio d'água editores, 2000.

GOMES, Wilson. O fato como interesse, in: *Revista de Textos de Cultura e Comunicação*, vol. II, n.26, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.

HALL, Stuart; Chritcher Chas, JEFFERSON Tony; Clarke JOHN & ROBERTS Brian. A produção social das notícias: o mugging nos medias, in: *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, Revista de Comunicações e Linguagem. Lisboa: Vega, 1993.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: *Communication*, n. 18, 1972.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Pressupostos da narrativa jornalística, Lisboa, mimeo, 1996.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático, in: O jornal, da forma ao sentido, Brasília: ed. Paralelo, 1997.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação, Lisboa: editorial presença, 1994.